



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Comunicação e Informação  
Científica e Tecnológica em Saúde

---

# Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde

## **IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDITORAÇÃO PARA AS PUBLICAÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO**

*Por*

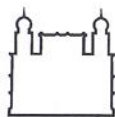
***ERCILIA SEVERINA MENDONÇA***

Projeto apresentado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Informação Científica e Tecnológica em Saúde

Orientadora:

Dr.<sup>a</sup> Jeorgina Gentil Rodrigues

Rio de Janeiro, 2019



Ministério da Saúde  
**FIOCRUZ**  
Fundação Oswaldo Cruz



## **CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE**

### **IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDITORAÇÃO PARA AS PUBLICAÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO**

**Por**

**ERCILIA SEVERINA MENDONÇA**

Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro

Projeto apresentado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Informação Científica e Tecnológica em Saúde.

**Orientadora:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jeorgina Gentil Rodrigues

**Rio de Janeiro, janeiro de 2019**

## RESUMO

Este projeto visa apresentar proposta para a implantação da política de editoração para as publicações técnico-científicas da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-RIO). Composta por oito subsecretarias, a SMS-RIO atua no planejamento, execução e promoção de estratégias que resultem na melhoria da infraestrutura da rede municipal, buscando oferecer um serviço ágil e de qualidade para a população carioca. Nos últimos anos a SMS-RIO teve uma atividade editorial expressiva, consciente de que a informação é um fator estratégico para o cumprimento de suas atividades. O progresso alcançado na elaboração e publicação de obras técnico-científicas foi graças ao trabalho de reunião das equipes de profissionais, contudo, persiste o desafio de implementar diretrizes norteadoras de editoração para coordenar essas ações. Assim, há necessidade de planejamento, coordenação e investimento nesse setor de editoração na secretaria, não apenas para dar suporte aos gestores e profissionais que se ocupam da produção de conhecimento, mas também para garantir aos seus usuários um material fidedigno de boa qualidade e com identidade nomeada. As publicações de uma instituição têm a incumbência de torna-la reconhecida, bem como a seus profissionais no que se refere a prestígio, envolvendo também, o fator credibilidade. Não menos importante é a questão da comunicação visual da instituição, que garante sua identidade, responsabilidade social e comprometimento. Diante desse quadro, propõe-se a instituição SMS-RIO pensar a sua política editorial. É desse propósito que trata esse projeto.

**Palavras-chave:** política de publicação; política de editoração; publicação técnico científica; informação e saúde; gestão editorial.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>6</b>
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>7</b>
<b>4 OBJETIVOS.....</b>	<b>15</b>
4.1 OBJETIVO GERAL.....	15
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
<b>5 METODOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
<b>6 RESULTADOS ESPERADOS.....</b>	<b>18</b>
<b>7 CRONOGRAMA.....</b>	<b>19</b>
<b>8 ORÇAMENTO.....</b>	<b>20</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>21</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) é o órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro responsável por formular e executar a política municipal de saúde. Parte do Sistema Único de Saúde (SUS), a secretaria é norteadora pelos princípios desse sistema, que tem como propósito promover a saúde, priorizar ações preventivas e democratizar informação relevante, para que a população conheça seus direitos e os riscos à sua saúde (RIO DE JANEIRO, 2018).

Composta por oito subsecretarias, a saber: Subsecretaria Geral Executiva; Subsecretaria de Gestão; Subsecretaria de Regulação, Controle, Avaliação, Contratualização e Auditoria; Subsecretaria de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência; Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde; Subsecretaria de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses; Subsecretaria de Saúde Complementar; Subsecretaria de Defesa Civil (delegada à Secretaria de Ordem Pública – SEOP), a SMS-RIO atua no planejamento e execução de estratégias que resultem na melhoria da infraestrutura da rede municipal, em que busca oferecer um serviço ágil e de qualidade para a população carioca<sup>1</sup> (RIO DE JANEIRO, 2018).

Nos últimos anos a SMS-RIO teve uma atividade editorial expressiva, consciente de que a informação é um fator estratégico para o cumprimento de suas atividades. O progresso alcançado na elaboração e publicação de obras técnico-científicas foi graças ao trabalho de coordenação das equipes de profissionais, contudo, persiste o desafio de implantar diretrizes norteadoras de editoração para coordenar essas publicações.

O conceito de publicação técnico científica (FURTADO, 2018) aqui adotado institucionalmente se aplica a produção de conhecimento gerada por dados internos voltada a geração de saber nos seguintes suportes: edição de livros, capítulo de livros, artigos em periódicos, nota técnica, artigos em anais de congresso, resumo de artigo de evento interno, dissertação ou tese de pós-graduação do servidor, boletim, cartilha, manual, séries, artigo de divulgação na mídia, relato ou estudo de caso, ensaio clínico, revisão de literatura, resenha, entrevista, folder, folheto, cartaz, banner, DVD e vídeo, coleções e avulsos.

---

<sup>1</sup> Oficialmente, carioca é o gentílico do município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro.

Cada um, dentro de sua especificidade, com conhecimento gerado pelas unidades/setores, como resultado de pesquisa no campo físico da instituição, no que se refere a questão socioeconômica/ambiental e de interesse e utilidade de seus profissionais, usuários e clientes.

Assim, há necessidade de planejamento, coordenação e investimento nesse setor de editoração na secretaria, não apenas para dar suporte aos gestores e profissionais que se ocupam da produção de conhecimento, mas também para garantir aos seus usuários um material fidedigno de boa qualidade com identidade nomeada e reconhecida.

Nesse contexto, torna-se primordial a implementação da política editorial para que se possa planejar e organizar suas ações e atividades em parceria com seus setores e gestores. Essa parceria é condição fundamental para o alcance dos objetivos propostos no presente projeto que, traz referências para a formulação e implementação dessa política, como um instrumento de organização e planejamento, visando elaborar as diretrizes norteadoras das ações recomendadas.

## **2 JUSTIFICATIVA**

A produção de conhecimento sobre temas relevantes na SMS-RIO surgiu da necessidade de produzir material de orientação e formação de seus profissionais no âmbito do atendimento. Esse processo teve início na década de 1990 quando houve uma revolução na municipalização das unidades de saúde.

Nos últimos oito anos a SMS-RIO teve uma atividade editorial intensa em que foram produzidas publicações que orientavam seus profissionais nos procedimentos, no atendimento, visando a prevenção, o diagnóstico e o tratamento de doenças.

Nesse sentido, essas publicações trazem a preocupação com o atendimento à população pelo profissional de saúde, visando sua orientação, sua formação, uma vez que o acesso público à informação em saúde é um direito do cidadão.

A elaboração de uma política editorial tem como finalidade principal orientar a produção de conhecimento visando dar respaldo aos profissionais quanto a procedimento e atendimento no âmbito institucional, norteadas as ações e atividades de saúde no Rio de Janeiro.

Segundo Rosinha (1989), uma política editorial deve atender a questões tais como: o que publicar, para quem publicar, por que publicar, e ter como premissa temas de interesse para seus leitores.

O presente projeto justifica-se pela necessidade de implantar a política de editoração que visa nortear as publicações técnico-científicas da instituição SMS-RIO, produzidas até o momento sem qualquer diretriz editorial,

Além disso, o desenvolvimento de uma política de editoração técnico-científica representará um marco para a instituição por sua intensa produção editorial, que priorizou publicações de cartilhas, guias, manuais, livros, revistas, boletins, cuja função foi orientar e formar seus profissionais quanto ao atendimento nas unidades de saúde.

Importante salientar que a implementação dessa política não abrange a gestão de documentação médica de fluxo contínuo de atenção à saúde.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

No contexto histórico da saúde pública do Estado do Rio de Janeiro, a SMS-RIO foi criada na década de 1970, período em que ocorreu uma série de eventos importantes para a saúde no Brasil, na América Latina e no mundo. Dentre esses eventos destacam-se os principais ocorridos nessa década (ENSP, 2018).

1970. Fundada a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e criado o Instituto Nacional de Produção de Medicamentos (Ipromed).

1971. Aprovado pelos ministros da saúde das Américas, em Santiago do Chile, o 2º Plano Decenal de Saúde das Américas.

1972. Acontece na Conferência das Nações Unidas discussão sobre Desenvolvimento e Ambiente Humano, em Estocolmo, chamando a atenção do mundo para a agressão sistemática ao meio ambiente.

1973. A OPAS e a Fundação Kellogg apoiam a criação do primeiro curso de medicina social no Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). É criado o Programa Nacional de Imunização (PNI) inspirado nas metas do Plano Decenal de Saúde Para as Américas e a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara a varíola erradicada das Américas.

1974. Acontece, em Belo Horizonte, a I Semana de Estudos sobre Saúde Comunitária (SESAC), promovida pelo movimento estudantil para debater os determinantes sociais, econômicos e políticos da estrutura de saúde. Criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e aprovado pela Assembleia Mundial de Saúde o Programa Ampliado de Imunizações, estabelecido formalmente nas Américas em 1976.

1975. Criado o Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde (PPREPS), através de um acordo entre os Ministério da Saúde e da Educação e Cultura e a Organização Pan-Americana de Saúde. Acontece a V Conferência Nacional de Saúde, que teve como tema central a discussão do Sistema Nacional de Saúde. Criado o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e foi estabelecido pela OMS o Centro de Ecologia Humana.

1976. Acontece a 28ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Brasília, reunindo profissionais do Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse evento



foi criado o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), contando com o lançamento da *Revista Saúde em Debate*. Criada a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária e constituídas as Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Saúde, Comissão Nacional de Homeopatia, Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos e Comissão Nacional de Fiscalização e Entorpecentes.

1977. Instituída a formação de sanitarista para a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo em parceria com a Faculdade de Saúde Pública. A varíola é erradicada globalmente. Criado o Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública. Adotada pela Assembleia Mundial de Saúde a meta de “Saúde para todos no 2000”.

1978. Acontece a Conferência Internacional de Alma Ata, no Cazaquistão, promovida pela OMS e a UNICEF, em que a Atenção Primária de Saúde (APS) é definida então como a estratégia principal para a expansão das coberturas dos serviços de saúde a toda a população. Estabelecido pela OMS e UNICEF o Programa Mundial de Luta contra as Diarreias.

1979. Foi criada a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), durante a I Reunião sobre Formação e Utilização de Pessoal de Nível Superior na Área de Saúde Coletiva, promovida pelos Ministério da Saúde, da Previdência e Assistência Social e Organização Pan-Americana de Saúde. Acontece o 1º Simpósio Nacional de Política de Saúde que gerou o documento histórico marco expressivo do Movimento Sanitário. O Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (Cebes) apresentou e discutiu a primeira proposta de reorientação do sistema de saúde.

Nesse contexto de evolução histórica da saúde, encontra-se a perfeita noção da relação evento e documento explicitando as ações e atividades da saúde no mundo. Vê-se que os eventos da área da saúde logo se convertem em documentos que vão validar a elaboração de políticas que nortearão, darão diretrizes as ações e atividades de saúde.

O termo latino *documentum*, derivado de *docere* ‘ensinar’, evoluiu para o significado de ‘prova’ e é amplamente usado no vocabulário legislativo. O sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX (LE GOFF, 1996). Já o termo evento se configura em acontecimento (festa, espetáculo, comemoração, solenidade etc.) organizado por especialistas, com objetivos institucionais, comunitários ou promocionais. Sua função é reunir profissionais para discutir sobre determinado tema e ao seu final elaborar o documento que irá irradiar o que foi acordado na forma de documento (DICIONÁRIO..., 2018).

A evolução da saúde pública se dá na organização de eventos que discutem os problemas, as ações e propõe tomadas de decisão. Os documentos são formalizados, registrados e instituídos, e depois são publicados, passando a fazer parte do acervo documental histórico da saúde, seja qual for a sua instância.

É nesse conjunto de eventos e documentos que em 1975, com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, foi criado o novo Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 1975a), tendo como capital a cidade do Rio de Janeiro, cujo primeiro prefeito nomeado pelo governador do Estado, Floriano Peixoto Faria Lima (1974-1979), foi o engenheiro Marcos Tamoyo (1975-1979).

Nessa mudança foram criados os órgãos administrativos, ou seja, as secretarias, dentre elas a Secretaria Municipal de Saúde (RIO DE JANEIRO, 1975b), cuja sede ficou instalada no Edifício Edison Passos, localizado na Avenida Rio Branco, 124, sede do Clube de Engenharia, e teve como seu primeiro secretário o Dr. Felipe Cardoso (oriundo dos quadros do Hospital Municipal Miguel Couto), tendo como Chefe de Gabinete o Dr. Décio do Amaral Filho (SMS, 2016).

Assim, a então recém-criada SMS encontrava-se dividida em duas grandes partes no que se refere ao atendimento à população: o Departamento Geral de Assistência Hospitalar (DGAH) instalado na Praça Pio X, 78, dirigido pelo Dr. Heitor Ribeiro Pinto, responsável pela gestão dos hospitais de emergência (Hospital Municipal Souza Aguiar - HMSA, Hospital Municipal Miguel Couto – HMMC, Hospital Municipal Salgado Filho - HMSF, Hospital Municipal Paulino Werneck – HMPW, Hospital Rocha Maia – HRM, Hospital Municipal Lourenço Jorge – HMLJ, Hospital Municipal Manoel Arthur Villaboim – HMMAV, institutos (Instituto Oscar Clark – IOC, Instituto de Geriatria e Gerontologia – IGG), maternidades (Hospital Maternidade Fernando Magalhães – MFM, Hospital Maternidade Herculano Pinheiro – MHP) e hospitais de especialidades (Hospital Municipal Jesus – HMJ, Hospital Municipal Salles Neto – HMSN, Hospital Municipal Nossa Senhora do Loreto – HMNSL, Hospital Municipal Barata Ribeiro – HMBR) (SMS, 2016).

Cabe ressaltar que os demais hospitais de emergência, localizados na cidade do Rio de Janeiro, cito Carlos Chagas, Getúlio Vargas, Olivério Kraemer, Rocha Faria e Pedro II, ficaram sob a gestão da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro (SMS, 2016).

A outra parte, que tinha como responsável o Dr. Eloadir Pereira da Rocha, era o Departamento Geral de Saúde Pública (DGSP), localizado na Rua Almirante Barroso, esquina com Av. Graça Aranha (destruído por incêndio em 1986), que possuía 22 Centros Municipais de Saúde (CMS), localizados nas seguintes Regiões Administrativas: I (Santo Cristo), II (Centro), III (Cidade Nova), IV (Catete), V (Copacabana), VI (Lagoa), VII (São Cristóvão), VIII (Tijuca), IX (Vila Isabel), X (Ramos), XI (Penha), XII (Engenho da Rainha), XIII (Engenho de Dentro), XIV (Irajá), XV (Madureira), XVI (Jacarepaguá), XVII (Bangu), XVIII (Campo Grande), XIX (Santa Cruz), XX (Ilha do Governador), XXII (Anchieta) e XXIII (Santa Teresa) e também as denominadas Unidades Satélites, pequenas unidades de saúde com estrutura mínima, vinculadas administrativamente aos CMS e localizadas em áreas periféricas da Zona Oeste (Barra de Guaratiba/CMS Mourão Filho; Pedra de Guaratiba/CMS Alvimar de Carvalho; Mendanha/CMS Pedro Nava; Sepetiba/CMS Waldemar Berardinelli; Fazenda Modelo/CMS Maia Bittencourt; Rio da Prata/CMS Garfield de Almeida; Cosmos/CMS Edgard Magalhães Gomes) (SMS, 2016).

Essas duas partes constituíram-se na primeira estrutura organizacional da SMS, cujas atribuições vinham descritas ainda no *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*. Inicialmente, muitos documentos foram gerados para dar conta das atribuições dos órgãos recém-criados (SMS, 1976).

A partir daí a SMS passou por inúmeras alterações em sua estrutura visando melhor adequação ao aumento da demanda por atendimento na cidade do Rio de Janeiro, o que ocorre até os dias atuais.

Nessa trajetória histórico-documental está implícita a elaboração, organização de publicações que se dividem em oficiais e não oficiais. Oficiais dizem respeito a legislação (decretos, resoluções e portarias) e não oficiais são as publicações técnico-científicas que visam registrar a produção de conhecimento dos profissionais dessa instituição, com a formulação de diretrizes e metas para suas ações e atividades.

A questão das publicações com fins de prevenção e orientação profissional na SMS-RIO só teve início na década de 1990 com a publicação de encarte de notícias voltadas para a questão epidemiológica e que hoje se transformou em seu principal periódico, a revista Saúde em Foco que era apenas impressa e atualmente *online*.

Também desenvolvida nesta mesma época, no formato *online*, havia a revista *Academus*, cujo perfil era voltado aos estudantes, acadêmicos bolsistas e residentes da SMS-RIO. Com o advento das conferências municipais, também na década de 1990, engatou-se o ritmo de publicações na instituição, surgindo outras até seu real crescimento na gestão 2009-2016, período em que se produziu e se publicou uma quantidade significativa de material visando informar e orientar os profissionais no seu fazer diário, como também, conscientizar a questão da história e da memória na instituição SMS-RIO.

Assim, pode-se verificar que a evolução das publicações da SMS-RIO vem ao longo desse tempo produzindo materiais e matérias para as suas necessidades diárias de conhecimento, seguindo o curso de modificação de conceitos na área da saúde como um projeto em permanente evolução. Publicações pelo qual busca reunir informação para testemunhar sua evolução marcada pelas diversas e diferentes mudanças de estrutura.

No garimpo de publicação para constituir um percurso histórico de evolução, aplicação, aceitação e valorização, constatamos que essas publicações eram dirigidas a diferentes propósitos, tais como, orientar os usuários da rede em seus direitos e deveres; recomendações para o atendimento; informação sobre os programas; informação para os jovens, o trânsito; relatórios de gestão sobre diferentes setores e unidades; publicações sobre análise estatística de saúde; publicações de eventos, congressos, seminários, encontros; guias de orientação sanitária; publicações para minorias; publicações sobre capacitação, orientação, tratamento, legislação, gestão, treinamento; glossários terminológicos de saúde básica; publicações sobre ações de saneamento; publicações conveniadas em parceria com outras instituições; publicações promotoras de saúde; cartilhas temáticas; catálogos de cursos; publicações sobre as jornadas científicas; guias de serviços das unidades de saúde; guia prático de vigilância em saúde; guias de prática de gestão; caderneta do usuário para registro e acompanhamento; guia de boas práticas de alimentação; guia prático de práticas integrativas; guia do funcionalismo público; guia de saúde da cidade; carteiras e guias de referência rápida; cadernos de estatísticas e mapas da saúde municipal; manuais de atendimento ambulatorial; planos de manutenção; guias de apoio a paternidade; publicação sobre plano geral de manutenção gerencial. A essa descrição acrescenta-se a publicação de periódicos e vídeos educativos em série.

Mesmo sem uma política editorial vigente esse caracteriza-se como o estado da arte das publicações de saúde da secretaria, que carece de normas e regras para fixar e

valorizar sua identidade. Os atuais padrões de modelo de editoração seguidos atualmente foram incorporados da política editorial do Ministério da Saúde.

Dentre as publicações, duas ganharam destaque nacional e podem ser apresentadas como exemplo de inspiração interna para orientar a organização da política de editoração proposta, pois foram publicações exitosas: a cartilha “*protegendo nossas crianças e adolescentes*” e a “*carteira de serviços: guia de referência rápida de serviços prestados na atenção primária a saúde*”.

Sem mencionar, os periódicos já referenciados, que recebem submissões de profissionais de diferentes instituições e são citados em outras publicações. Essa posição nos permite reafirmar a legítima necessidade de implantação de uma política editorial para melhor organizar e gerenciar as publicações da instituição Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

Com isso, demonstra-se, o quanto é importante essa política de editoração, pois além da proposta de orientar e formar seus profissionais no fazer diário, tem também a função de preservar sua história e sua memória, criando ainda a possibilidade de compartilhar com outras instituições o conhecimento produzido.

Conforme nos diz Bufrem (2009, p. 24), é essencial consolidar uma política que expresse critérios claros e estabelecidos em coerência com as finalidades da instituição, visando a qualidade técnica e científica. Ainda, segundo a autora, uma política editorial, ao ser implantada deve ser analisada criticamente levando-se em conta todo o cenário ao redor. Este processo deve aglutinar forças e poderes para que tenha êxito, para isso, os sujeitos desse processo devem se empenhar nas atuações de cooperação.

O ato de publicar deve estar implícito na missão de qualquer instituição, independentemente do seu fazer, visto que as instituições produzem conhecimento e este conhecimento deve ser disseminado e, sendo uma instituição pública de saúde voltada para a assistência, seu valor de publicação deve levar em conta o farto campo de dados disponíveis para pesquisa à disposição de profissionais, pesquisadores e estudantes da área.

Segundo Bufrem (2009, p. 28) as questões mais prementes na adoção de uma política editorial são: a estrutura, o recurso, suas características e finalidades, e complementa,

cabe definir a abrangência temática mais ou menos extensa, dependendo das áreas do conhecimento previstas nos planos da organização, levando-se em conta suas relações com o local ou região do país ou do mundo, as influências recíprocas e as responsabilidades sociais assumidas. Cabe a esse processo de aperfeiçoamento da prática pela política estabelecer não somente o campo de suas atividades, as linhas de publicação ou vocação da editora, mas também o tratamento gráfico dado aos produtos.

Bufrem (2009) também ressalta que cabe a cada instituição a decisão de implantar uma política editorial, compondo seus conselhos e órgãos administrativos a fim de dar-lhe suporte. Espera-se, assim, que os planos editoriais sejam bem definidos por uma comissão competente, respeitada e independente, que apenas o que for aprovado deva ser publicado.

Essa política editorial deve ser planejada de acordo com os recursos e deve definir claramente seu *modus operandi*. Nesse sentido, torna-se pertinente definir quais são seus pontos e sua relevância. Assim, a formação de uma comissão ou conselho a partir dos órgãos consultivos e deliberativos, será imprescindível na condução dessa política editorial, cabendo a esses órgãos analisar, avaliar os originais para verificar sua pertinência, enquadramento nas linhas editoriais definidas, encaminhando-os para o processo final.

É importante salientar que uma vez instituídos, os conselhos devem atuar com autonomia e apresentar, também, variação qualitativa e quantitativa em sua composição, visando o desempenho de seus membros na representatividade de setores ou unidades que compõem a instituição. Outra questão importante a destacar é a definição das linhas editoriais, dado que dão personalidade e identidade às publicações (BUFREM, 2009).

Segundo diretrizes do Ministério da Saúde (BRASIL, 2006, p. 5), uma política editorial “expressa o compromisso social, a necessidade de transparência, de clareza de objetivos e de linguagem adequada a seu público, bem como a preocupação com a economia de recursos públicos e com a avaliação de custo-benefício de cada publicação”.

Assim, é fundamental que todos os seguimentos representativos da SMS-RIO participem no processo de desenvolvimento da política de editoração, sendo imprescindível que fomente o hábito da pesquisa nos seus profissionais para incrementar a produção local.

Deve-se, também, incentivar a produção de conhecimento temático, fato que a secretaria já vem desenvolvendo no que diz respeito Atenção Primária à Saúde, com os

Guias de Referência Rápida, que possibilitam orientação aos profissionais sobre determinados serviços de diferentes temas na rotina de trabalho das unidades.

Para o Ministério da Saúde (BRASIL, 2006, p. 5),

o trabalho de construção interna de procedimentos, de fluxos, e de diretrizes capazes de proporcionar uma contribuição efetiva da atividade editorial às ações e os projetos de prevenção, recuperação e promoção da saúde se converte em esforço para uma melhor gestão e organização da produção institucional.

Acreditamos que as publicações de uma instituição têm a incumbência de torná-la reconhecida, bem como a seus profissionais no que se refere a prestígio, envolvendo também, o fator credibilidade. Não menos importante é a questão da comunicação visual, criação de logotipo que garanta sua identidade, responsabilidade social e comprometimento.

Diante desse quadro a instituição SMS-RIO deve pensar a sua política editorial e é isso que propõe esse projeto.

## **4 OBJETIVOS**

### **4.1 OBJETIVO GERAL**

Propor a implementação da política de editoração técnico-científica para as publicações da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-RIO), pela formação de corpo editorial e consultivo que atue na seleção, análise, avaliação e tomada de decisão, visando institucionalizar suas produções.

### **4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Fomentar a comunicação e divulgação do projeto no âmbito municipal para facilitar o intercâmbio de informação com os demais setores, buscando adesão dos profissionais da instituição para participação e colaboração.
- Criar, compor e instituir o Conselho Consultivo da SMS-RIO cuja incumbência será emitir parecer técnico sobre material em geral e atividades de publicação da instituição;
- Criar, compor e instituir o Conselho Editorial da SMS-RIO para deliberar sobre as publicações periódicas, como revisores, avaliadores;
- Implantar a política de editoração com fins de organizar as publicações técnico-científicas da instituição SMS-RIO.



## **5 METODOLOGIA**

Uma boa política de editoração deve ser estruturada a partir da escolha de seus membros, devendo estar apoiada na missão da instituição, de modo a permitir avaliação, revisão, renovação e tomada de decisão, visando a melhoria no processo de organização.

Os objetivos traçados requerem alguns estágios visando nortear um desenvolvimento eficiente e eficaz, como mostra o quadro abaixo.

### **Estágio 1 – Organização e planejamento**

Nesta fase inicial deverão ser coletadas todas as informações que permitam um conhecimento genérico de cunho organizacional, funcional e hierárquico; políticas e procedimentos atualmente praticados; aspectos estratégicos, administrativos e tudo referente a instituição, no tange ao item publicação. Todas estas informações têm caráter de importância para o melhor entendimento de como funciona esse processo na SMS-RIO, e visa o sucesso do projeto. O legítimo envolvimento e interesse dos gestores e dos profissionais em geral com relação ao projeto são imprescindíveis para o sucesso do trabalho.

### **Estagio 2 – Divulgação**

A divulgação do projeto é extremamente importante para dar conhecimento a todos os profissionais da instituição acerca dos objetivos e metodologia a serem adotados, bem como o de buscar uma postura participativa e o comprometimento de todos, estabelecendo um canal de comunicação único e transparente, minimizando expectativas geralmente criadas por falta ou omissão de informação.

### **Estagio 3 – Levantamento de atribuições**

É a fase em que se deve identificar e levantar todas as funções que estarão à frente dos conselhos, através de convites, comunicações, etc., para elaborar a descrição dos cargos. O processo de levantamento também deve servir para análise, uniformização e padronização das funções dos conselhos.

### **Estágio 4 – Descrições de cargo**

O levantamento e análise de todas as funções inerentes aos conselhos é que darão subsídio para a elaboração da descrição dos cargos. Essa será descritiva contendo aspectos intrínsecos do cargo, sua atividade, ou seja, o que o profissional fará, como fará e, para

que e porque fará, incluindo também suas especificações, competências e habilidades que deverão contribuir para o desempenho de cargo nos conselhos.

#### Estágio 5 – Diretrizes, metas e procedimentos

Todo o processo de criação e implantação da política de editoração e seus mecanismos, consiste num conjunto de normas, procedimentos, atividades e ações que tem como fim organizar a elaboração das publicações técnico-científicas da instituição SMS-RIO.

No ciclo de implantação da política editorial os atores tomarão parte nesse processo que se configura como interdisciplinar, uma vez que cada carreira na instituição estará representada com a finalidade de atuar, visando orientação da publicação em que concerne o seu contexto profissional. Fora a questão interdisciplinar, esses atores também estarão envolvidos no processo de gestão, pela sua posição de tomada de decisão. As disciplinas profissionais contribuirão com as concepções teóricas em termos de organização temática, com a legitimação da política. Estas questões técnicas são necessárias para atingirmos os objetivos, além das motivações, políticas e ideologias.

As políticas públicas são fundamentais e essenciais aos governos, pois nomeiam diferentes atores relacionados ao Estado, ao mercado e à sociedade civil, no processo de administrar essas políticas, buscando solução de problemas, tornando toda e qualquer ação governamental plena de ação.

Os cinco estágios utilizados para a concepção dessa política estão identificados no quadro abaixo, com etapas da implementação e avaliação, bem como, as atividades e atores diretamente envolvidos, conforme quadro abaixo.

Estágios	Formulação			Implementação	Avaliação
	Organização, planejamento e divulgação	Levantamento de atribuições e descrição dos cargos	Diretrizes, metas e procedimentos		
Atividades	Identificação e institucionalização do problema.	Formulação de funções e ações. Elaboração e critério dos conselhos e dos cargos.	Tomada de decisão, criação, normas, procedimentos, legitimação.	Execução, gestão, efeitos concretos.	Reações, julgamento sobre os efeitos, medição, avaliação, propostas de reajuste.
Atores	Profissionais em geral, profissionais especializados, gestores, comunicação, administração pública	Profissionais em geral, profissionais especializados	Profissionais em geral, profissionais especializados, gestores.	Administração pública.	Comunicação, profissionais especializados, administração pública.

## **6 RESULTADOS ESPERADOS**

- Composição e nomeação dos conselhos consultivo e editorial;
- Implantação efetiva e publicação da política de editoração técnico-científica da SMS-RIO.

## 7 CRONOGRAMA

O cronograma foi elaborado para o período de nove meses, incluindo dois meses para a análise de viabilidade antes da aprovação final. Todo o processo de implantação será acompanhado pelos gestores e profissionais a fim de verificar a evolução satisfatória das atividades determinada.

MESES DO ANO 2019									
AÇÃO	jan.	fev.	mar.	abr.	maio	jun.	jul.	ago.	set.
Organização e planejamento (Coleta de informações)	X	X							
Divulgação do projeto no âmbito municipal		X	X						
Levantamento de atribuições (Identificação das funções dos conselhos)			X	X					
Descrição de cargos (Conselhos Consultivo e Editorial da SMS-Rio)			X	X					
Diretrizes, metas e procedimentos				X	X				
Criação e implantação da Política de Editoração						X	X	X	X

## **8 ORÇAMENTO**

Não há necessidade neste primeiro momento de orçamento financeiro. Pois as ações propostas são cabíveis ao processo de trabalho da SMS-RIO, bem como os equipamentos eletrônicos (computador, scanner, impressora) e material de papelaria.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política editorial do Ministério da Saúde*. Brasília, DF, 2006 (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BUFREM, Leilah Santiago. Política editorial universitária por uma crítica à prática. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.14, n.1, p. 23-36, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/177>>. Acesso em: 21 set. 2018.

DICIONÁRIO de Sinônimos online. Sinônimo de Eventos. [S.l.], c2011-2018. Disponível em: <<https://www.sinonimos.com.br/evento/>>. Acesso em: 31 out. 2018.

FURTADO, João Salvador. Publicação técnico-científica: afinal, de que se trata? <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000001766/4ad1bd376b68e26c02f10e741729e405>

ENSP - ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA. Histórico da saúde Pública. Rio de Janeiro, ENSP/Fiocruz, [2018]. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/historico-da-saude/>>. Acesso em: 31 out. 2018.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

ROSINHA, Raul C. Política editorial: aspectos a considerar. *Revista de Biblioteconomia*, Brasília, v. 17, n. 2, p. 249-258, jul. /dez. 1989. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001754&dd1=9d1ac>>. Acesso em: 18. mar. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto-lei nº 1, de 15 de março de 1975. Estabelece a organização básica do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1975a. Disponível em: <[http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto-lei\\_1\\_-\\_15031975\\_-\\_est.htm](http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto-lei_1_-_15031975_-_est.htm)>. Acesso em: 31 out. 2018.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Decreto nº 80 de 28 de julho de 1975. Altera a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências. *Diário Oficial Municipal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 29 set. 1975b. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/t/rio-de-janeiro/decreto/1975/8/80/decreto-n-80-1975-altera-a-estrutura-da-secretaria-municipal-de-saude-e-da-outras-providencias-1975-07-28-versao-original>>. Acesso em: 31 out. 2018.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Saúde. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/conheca-a-secretaria>>. Acesso em: 2 out. 2018. Acesso em: 10 ago. 2018.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Saúde. *Vida, história e memória da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SMS, 2016. (Série D. Programas, Projetos e Relatórios). (Coleção Memória SMS, v. 1).